

FACULDADE CALAFIORI
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

AS DIFICULDADES DE INTERAÇÕES SOCIAIS DE
CRIANÇAS QUE SOFREM BULLYING.

AUTORA: JOSELY FERNANDES ZANIN DE OLIVEIRA
ORIENTADORA: IVANILYÃ ELÍSUA GUIMARÃES DA SILVA

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

2019

AUTORA: JOSELY FERNANDES ZANIN DE OLIVEIRA

AS DIFICULDADES DE INTERAÇÕES SOCIAIS DE
CRIANÇAS QUE SOFREM BULLYING.

Trabalho apresentado à Faculdade Calafiori de São Sebastião do Paraíso - MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Escolar

Orientadora: Prof^ª. Especialista Ivanilyã Elísua Guimarães da Silva.

Linha de Pesquisa: Educação, Bullying, Escola.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

2019

JOSELY FERNANDES ZANIN DE OLIVEIRA

AS DIFICULDADES DE INTERAÇÕES SOCIAIS DE
CRIANÇAS QUE SOFREM BULLYING.

Trabalho apresentado como requisito parcial para
a Conclusão do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Curso de Pedagogia da Faculdade
Calafiori de São Sebastião do Paraíso-MG.

Comissão Julgadora:

Orientadora – Prof^ª. Especialista Ivanilyã Elísua Guimarães da Silva.

2^a examinadora – Prof. Me. Cláudio Manoel Person

3^a examinadora – Prof. Dr. Renato Alessandro dos Santos

Avaliação: () _____

São Sebastião do Paraíso, ____ de _____ de 2019.

Dedico este trabalho a todos os professores, mestres e doutores, que estavam comigo nesta caminhada, me apoiando e ajudando a superar os acontecimentos e traumas da minha infância.

Mestres e doutores que se tornaram amigos verdadeiros, que além de exporem os conteúdos descritos do Curso, mostraram-me com atitudes, que a humildade e o afeto, são a base para uma aprendizagem digna e completa.

Espero em um futuro breve, poder superar minhas dificuldades, espelhando-me nestes mestres que tanto fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pelas bênçãos recebidas durante todos estes anos de vida e construção de minha formação acadêmica, pela minha família e amigos.

Aos meus pais que com muito sacrifício, luta e dignidade, criaram-me, sempre me apoiando e incentivando para a vida escolar. Mesmo eles não possuindo formação acadêmica, foram meus primeiros mestres na aprendizagem da moral, tornando-me uma cidadã honesta.

Ao meu esposo, que não tinha a obrigação de me conceder a oportunidade de ter uma graduação, contudo, sempre me apoiou e ajudou, não apenas financeiramente, mas também com os trabalhos domésticos e a criação do nosso filho; além de ser um amigo fiel e dedicado nas horas difíceis de minhas crises de baixa autoestima.

Meu agradecimento se estende ao meu filho maravilhoso, que tanto me dá orgulho. Por sua causa, voltei ao mundo escolar, e por você empenhei-me a desenvolver este Trabalho de Conclusão de Curso ao compreendê-lo e auxiliá-lo numa situação de bullying, graças a Deus, superada e sem traumas. Pessoa mais perfeita que fiz, meu pequeno herói, que me apoiou e me incentivou a voltar à vida acadêmica.

Minha querida amiga, orientadora e professora Especialista Ivanilyã Elísua Guimarães da Silva, que tanto importunei, nem tenho palavras para expressar o quanto você foi e é importante para mim.

Agradeço a Nossa Senhora Aparecida, mãe que sempre intercede por mim, e me cobre com seu manto. Rogai por todos que passam neste momento por alguma aflição e atos de bullying.

“Não basta ter informação, é preciso saber o que fazer com ela.”

Mário Sergio Cortella

OLIVEIRA, J. F. Z. de. As dificuldades de interações sociais de crianças que sofrem bullying. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Faculdade Calafiori. São Sebastião do Paraíso, 2019.

RESUMO

Este trabalho vem com o intuito de divulgar e informar sobre as causas e práticas do bullying no ambiente escolar. Atualmente, vê-se o crescente número de educandos que praticam atos de bullying para serem aceitos, por um grupo dominante na instituição escolar, assim, meninos e meninas por medo ou receio de sofrerem agressões acabam participando de maneira direta ou indireta de tais ações. Neste trabalho são expostas as características do bullying, o papel desempenhado pelo agressor, pelos espectadores e pelas vítimas; a importância da participação ativa dos integrantes que compõem o núcleo familiar bem como a participação da escola para coibir tais práticas. O presente exposto traz elucidaciones sobre o papel da comunidade na construção do indivíduo em suas singularidades, a importância da escola na construção de conhecimento e formação de pensamento autônomo do aluno, além de propostas curriculares para desenvolvimento de projetos, que visam à promoção da paz, do bem estar e da construção de conhecimento no ambiente escolar. Explana-se a respeito dos dispositivos legais que resguardam o direito a indenização do indivíduo que sofreu bullying dentro e fora do ambiente escolar, seus direitos, deveres e penalidades. O trabalho apresentado tem cunho elucidativo para esclarecimento de dúvidas quanto ao que se podem caracterizar brincadeiras de criança e práticas que levam ao constrangimento, humilhação e opressão, demarcando assim, o bullying. O trabalho tratou-se de um estudo bibliográfico, o qual se utilizou de renomados autores, a fim de se compreender com profundidade ampla o que se propôs.

Palavras-chave: Leis. Educação. Bullying. Escola

OLIVEIRA, J. F. Z. de. The difficulties of social interactions of children who are bullying. Completion of course work. Degree in Pedagogy. Calafiori College. São Sebastião do Paraíso, 2019.

ABSTRACT

This work aims to disseminate and report on the causes and practices of bullying in the school environment. Currently, there is a growing number of students who practice acts of bullying to be accepted by a dominant group in the school, so boys and girls from fear or fear of aggression end up participating directly or indirectly in such actions. In this work the characteristics of bullying, the role played by the aggressor, the spectators and the victims are exposed; the importance of the active participation of the members that make up the family nucleus as well as the participation of the school to curb such practices. The present article presents elucidations about the role of the community in the constructions of the individual in its singularities, the importance of the school in the construction of knowledge and formation of autonomous thinking of the student, as well as curricular proposals for the development of projects that aim to promote peace, well-being and knowledge building in the school environment. Explain about the legal provisions that protect the right to compensation of the individual who suffered bullying inside and outside the school environment, their rights, duties and penalties. The work presented has an elucidating character to clarify doubts as to what can be characterized as child's play and practices that lead to embarrassment, humiliation and oppression, thus demarcating bullying. The work was a bibliographical study, which was used by renowned authors, in the order to understand in depth what was proposed.

Keywords: Laws; Education; Bullying, School

LISTA DE SIGLAS

CC	Código Civil
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal
CP	Código Penal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MSN	Messenger
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. COMO O BULLYING É CARACTERIZADO?	14
1.1 Bullying no ambiente escolar.....	16
2. O BULLYING E A SUA INDIVIDUALIDADE.....	20
2.1 Vítimas do bullying.....	21
2.2 As testemunhas do bullying.....	22
2.3 Os agressores.....	23
3. A MEDIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA PROMOÇÃO ANTI-BULLYING	26
4. A INSTITUIÇÃO ESCOLAR, A LEGISLAÇÃO E O BULLYING	31
CONSIDERAÇÕES	36
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido vem como intuito de fomentar, esclarecer e explanar sobre crianças vítimas do bullying, além disso, serão elucidados os aspectos físicos, cognitivos e comportamentais de alunos que praticam bullying e também de alunos que sofrem essas ações.

Serão discutidas as formas de prevenção, capacitação do corpo docente, bem como de todos os funcionários que contribuem para o bom funcionamento da instituição escolar.

Será explanado sobre o cyber bullying, uma nova modalidade na prática do bullying, onde através de mídias sociais os atos hostis ultrapassam os muros da escola. Pontuará sobre as características dos agressores, das vítimas e dos espectadores; falará sobre o papel que cada indivíduo desenvolve; aceitação em grupos sociais e o que eles contribuem para a continuação do bullying nas escolas.

Este tema visa fomentar o desenvolvimento de projetos nas escolas brasileiras, com o intuito de coibir e suprimir práticas e ações de bullying, por meio de trabalhos que promova a paz, o companheirismo e a cooperação.

Através de trabalhos, desenvolvidos por educadores dentro da sala de aula, como forma de mediação de conflitos, possibilitam que o educando desenvolva e utilize suas habilidades de maneira positiva. Portanto, é preciso que o educador tenha um olhar humano para com seus alunos auxiliando-os na construção de pensamento, no desenvolvimento da ética e da moral, através do diálogo e rodas de conversa. É que, a escola deve ser um ambiente acolhedor e construtor de conhecimento, para tanto Olweus (1993) comenta que,

[...] todo indivíduo deveria ter o direito de ser poupado de opressão e humilhação repetida e intencional na escola e na sociedade em geral. Nenhum estudante deveria se sentir com medo de ir à escola por temer ser assediado ou degradado, e nenhum pai deveria se preocupar se isso estaria acontecendo com seu (sua) filho (a)! (OLWEUS, 1993, p. 48).

Com a evolução frequente de casos de bullying em instituições escolares e fora dela, a Constituição Federal do Brasil desenvolveu e decretou leis para que sejam penalizados os indivíduos praticantes de bullying e atos hostis assim, ressarcidas às vítimas.

Para auxiliar e contribuir de forma positiva na confecção deste trabalho houve conversa com a Especialista Ivanilyã Elísua Guimarães da Silva, pois, através de suas

contribuições científicas em sala de aula, suas elucidações seriam de suma importância para que este trabalho ganhasse um corpo físico e viesse a ser objeto de estudo e esclarecimento para futuros formandos.

Após a definição do tema, a metodologia selecionada para a confecção do trabalho foi a revisão bibliográfica, dispositivo fundamental para a realização de todo trabalho científico. Esta revisão bibliográfica está embasada na triagem de textos, artigos, teses, monografias e livros para fichamento dos mesmos.

Para Marconi e Lakatos (2017) a definição do tema consiste em:

- a) Selecionar um assunto de acordo com as inclinações, as possibilidades, as aptidões e as tendências de quem se propõe elaborar um trabalho científico.
- b) Encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa (MARCONI, LAKATOS, 2017, p.172).

O tema bullying, está presente nas escolas brasileiras e no mundo, fortemente presente na sociedade, merecendo atenção distinta de professores, diretores, família e toda a sociedade.

Michel (2015) relata que, a pesquisa e a revisão bibliográfica são aspectos importantes para o desenvolvimento de um trabalho de cunho científico, por isso,

[...] essencialmente, o estudo exploratório ou pesquisa bibliográfica é uma fase da pesquisa, cujo objetivo é auxiliar na definição de objetivos e levantar informações sobre o assunto/objeto de estudo. Entretanto, o estudo exploratório ou pesquisa bibliográfica pode ser considerado uma forma de pesquisa, na medida em que se caracteriza pela busca, recorrendo a documentos, de uma resposta a uma dúvida, uma lacuna de conhecimento. Esse tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, dispensando a elaboração de hipóteses.

Desse modo, para que um trabalho desenvolvido tenha cunho científico, é preciso que as pesquisas realizadas estejam respaldadas por artigos, livros e teses que tenham conteúdo formal, para que o trabalho seja verídico.

O tema gerador para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi: As dificuldades de interações sociais para crianças que sofrem bullying. O que motivou a seleção este tema?

A desinformação foi o ponto primordial para que este trabalho viesse a ser desenvolvido, pois, educadores e sociedade pouco conhecem sobre as características do bullying e do indivíduo praticante de bullying, levando-os ao equívoco por diversas vezes, no sentido de que, algumas brincadeiras de crianças na hora do intervalo ou dentro da sala de

aula não tenham o objetivo de humilhar, constranger e oprimir o educando que sofre estas ações.

É preciso que professores, diretores, familiares tenham um olhar clínico e saibam segregar brincadeiras de atos hostis, que por muitas vezes passam despercebidos aos olhares dos profissionais de ensino.

1 COMO O BULLYING É CARACTERIZADO?

O bullying é caracterizado por uma reunião de comportamentos específicos agressivos, recorrentes, propositados sem motivo evidente, sendo praticado por um, ou mais alunos, infringindo constrangimento, dor, humilhações e angústias.

Nas palavras de Pereira (2002, p. 18),

[...] é a intencionalidade de fazer mal e a persistência de uma prática a que a vítima é sujeita o que diferencia o “bullying” de outras situações ou comportamentos agressivos, sendo três os fatores fundamentais que normalmente o identificam: 1) o mal causado a outrem não resultou de uma provocação, pelo menos por ações que possam ser identificadas como provocações. 2) as intimidações e a vitimização de outros têm caráter regular, não acontecendo apenas ocasionalmente. 3) geralmente os agressores são mais fortes (fisicamente), recorrem ao uso de arma branca, ou tem um perfil violento e ameaçador. As vítimas frequentemente não estão em posição de se defenderem ou de procurar auxílio.

Chalita (2008, p. 81) enfatiza que, “o fenômeno bullying não escolhe classe social ou econômica, escola pública ou privada, Ensino Fundamental ou Médio, área rural ou urbana. Está presente em grupos de crianças e jovens, em escolas de países e culturas diferentes”.

É imprescindível ressaltar que, para a ação ser qualificada como bullying, é preciso que seja um ato repetitivo, para tanto Beante explica que,

[...] é importante que você saiba diferenciar o bullying de um conflito normal. Alguns tipos de conflitos são parte da vida. Nem todo o conflito necessariamente fere, e lidar com essas situações pode ajudar o seu filho para a vida de maneira positiva. Portanto, não se precipite quando observar conflito entre seu filho e as outras crianças (BEANE, 2010, p.17).

Para que o educador consiga identificar atos de bullying na escola, é preciso que tenha um olhar atento aos comentários e conversações dos alunos, em sala de aula e no intervalo, observando os aspectos comportamentais dos educandos. De acordo com William Voors (2000, p.5),

[...] deve haver sentimentos contrastantes entre a criança que pratica o bullying e seu alvo como resultado do episódio de bullying. A criança que pratica o bullying pode se sentir excitada, poderosa ou achando graça depois do episódio de bullying, enquanto que aquela que sofreu o bullying se sente amedrontada, embaraçada ou ferida. (...) As vítimas geralmente se sentem

feridas e bravas quando o bully as ataca. Se tentam expressar sua mágoa ou raiva, a criança que pratica o bullying geralmente responde com indiferença ou zombaria, o que leva a mais humilhação ainda.

O bullying possui várias características, entretanto a mais agressiva pode causar danificações psicossociais na vida do indivíduo que sofre com as hostilidades na escola e no meio social. A psicóloga Diva de Mauro (2010) explicita os danos que o bullying pode causar:

No que tange o âmbito psicológico, as consequências são também extremamente graves por “marcarem” estas experiências no mais íntimo ser da criança, a sua alma. A criança vitimizada terá comprometida sua autoestima, as sensações de medo, angústia, ansiedade, insegurança e raiva reprimida a engessa emocionalmente, criando fantasias assustadoras e variando nas reações sempre negativas para si, e por vezes, para os outros, por poder ter reações de irritabilidade extrema em casa. Possivelmente, um vitimizado de bullying sentirá, em sua vida adulta, reflexos dessas agressões em momentos de enfrentamento, de superação de obstáculos, podendo desenvolver problemas psicológicos como transtorno do pânico, fobia escolar, fobia social (TAS), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), depressão, anorexia e bulimia, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), sintomas psicossomáticos, e em casos menos frequentes, mas não com isenção, a esquizofrenia, o suicídio e o homicídio (MAURO, 2010, p. 5).

De acordo com a autora supracitada, o bullying é uma expressão utilizada na descrição de atos hostis, psicológicos ou físicos, recorrentes, premeditados e que são praticados por um ou mais indivíduos, causando sofrimento, tristeza e revolta, onde o mais forte se sobrepõe ao mais fraco, atingindo todas as classes sociais e culturas variadas.

A prática do bullying afeta de tal maneira a vítima, podendo levá-la desde a baixa autoestima, suicídio e atitudes comportamentais homicidas. Segundo Costa (2011), as escolas devem estar preparadas para compreenderem e segregarem atitudes de bullying de outros comportamentos malquistos.

É de fundamental importância distinguir o *bullying* de outras formas de comportamentos indesejados presentes no convívio escolar. Deve-se diferenciar *bullying* de brincadeiras turbulentas, nas quais se verificam sinais de prazer e diversão em todos os envolvidos; de atos de indisciplina ou insubordinação, de agressividade e de comportamentos antissociais, pois estes não envolvem atitudes persistentes de intimidação, controle e domínio contra uma vítima incapaz de defender-se das ameaças e, podem ter, ao contrário do que se verifica em situações de *bullying*, um caráter explosivo, impulsivo e emocional. [...] Quando não há intervenções efetivas contra o *bullying*, o ambiente escolar torna-se contaminado. Todas as crianças, sem

exceção, são afetadas negativamente, passando a experimentar sentimentos de ansiedade e medo. Alguns alunos testemunhas de *bullying*, quando percebem que o comportamento agressivo não acarreta nenhuma consequência a quem o pratica, poderão também passar a adotá-lo. Quanto mais jovem a criança alvo ou testemunha de *bullying*, mais impotente ela se sentirá para pedir ajuda. O medo das ameaças dos mais fortes, a percepção de que delatar só faria aumentar a hostilidade e as gozações, ou simplesmente a interpretação social compartilhada pela maioria dos adultos, de que tudo não passa de uma brincadeira de mau gosto, acarreta a percepção de que ninguém será capaz de auxiliá-la e que só lhe resta aguentar tudo calada e sozinha (COSTA, 2011, p.365).

O bullying afeta todo o ambiente escolar, causando insegurança por parte dos alunos que a frequentam, fazendo os mais fracos se sentirem oprimidos, gerando uma situação de tirania.

Segundo Fante e Pedra (2008) além das formas de bullying apresentadas acima, tem-se o cyber bullying, sendo a maneira virtual da prática do bullying. Esta prática desfruta-se de mecanismos e ferramentas modernizadas como a internet, e-mail, blogs, torpedos, MSN, Facebook, fotoblogs, meios de comunicação virtual, com o intuito de humilhar, constranger, e maltratar o indivíduo que sofre estes ataques.

1.1 O bullying no ambiente escolar.

A maioria de crianças, jovens e adolescentes, passa grande parte de suas vidas dentro do ambiente escolar, e é neste local, onde acontecem os atos hostis praticados por um, ou mais indivíduos (SUCHARDT, 2012). A ação é recorrente onde o agressor se sente mais confortável em realizar o ato, podendo ser: nos banheiros, no pátio, corredores, e até mesmo dentro da sala de aula na presença do professor.

Na escola o bullying pode ser direcionado aos alunos, professores, funcionários diversos. Abramovay (2006, p. 3) exprime que “a violência na escola é um fenômeno múltiplo e diverso, que assume determinados contornos em consequência de práticas inerentes aos estabelecimentos escolares e ao sistema de ensino, bem como às relações sociais nas escolas”.

De acordo com Gotzens (2003) a rebeldia é “passiva de várias compreensões, podendo ser interpretada também quando um educando que, não respeitadas as normas regidas pela escola”. Assim, para que esta situação problema não fique uma constância, é preciso anteceder-se ao aparecimento de problemas e em casos ímpares, reparar a situação que está em andamento.

Garcia (1999) explica sobre a indisciplina:

O conceito de indisciplina apresenta uma complexidade que precisa ser considerada. É preciso, por exemplo, superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental. Ainda, é necessário pensá-la em consonância com o momento histórico desta virada de século (GARCIA, 1999, p. 102).

Esta metodologia tradicional pode não ser aplicável entre os grupos agressores, por ser ineficiente ou por não determinar os personagens da ação hostil que acontecem no âmbito escolar.

Nogueira (2005, p. 101) enfatiza que “quando identificamos um autor e uma vítima, ambos devem se orientados. Seus pais devem ser alertados e estar cientes que seus filhos, agressor ou agredido (ou ainda observador), precisam de ajuda especializada”.

Middelton-Moz e Zawadski (2007) nos explicam que, na escola desde cedo os educandos são segregados de acordo com sua condição socioeconômica, bairro, fenótipo, comportamentos ou interesses em comum; essa segregação aparece de forma latente, longe dos olhos do educador e dos profissionais que contribuem para o funcionamento da instituição.

Willian Polack (2000 *apud* Middelton-Moz, Zawadski, 2007, p. 22) enfatiza que meninos sempre estão com medo de não completar as regras “não-ditas do pertencimento, tais como não demonstrar sentimentos, fazer o tipo machão, não parecer sensível demais ou intelectual, ter boa aparência, não chorar, não pedir ajuda nem parecer próximo demais da própria mãe”, essas metodologias utilizadas pelos meninos criam uma espécie de aparência que serão utilizadas para que esses alunos evitem sofrer maus tratos como o bullying.

Polack, 2000 *apud* Middelton-Moz, Zawadski, 2007, p. 22) expressa que “[...] ao usar essa máscara, os meninos reprimem sua vida emocional interior, e, em lugar dela, fazem o tipo valentão, tranquilo, desafiador, imperturbável”.

As meninas são obrigadas a se adaptarem ao estereótipo de elegantes e carinhosas, utilizando-se de roupas condizentes com a moda atual para que, despertem o interesse dos meninos, aplicando um comportamento amável e terno.

Os indivíduos que não se adaptam ao padrão terão maiores chances de sofrerem o bullying, na maioria das vezes as meninas “são tímidas demais para lutar contra as regras ou não encontram um grupo social ao qual pertencer” (MIDDELTON-MOZ, ZAWADISK, 2007, p.23-24). As meninas praticantes do bullying geralmente utilizam-se da exclusão social como principal fonte de abuso para “espalhar boatos maliciosos, intimidar, destruir a

reputação da outra, dizer a outras para que deixem de gostar de uma menina de quem querem se vingar”.

O tema bullying apresenta-se de forma daninha para a prática da docência, visto que o mesmo abrange o cotidiano escolar transformando um ambiente de aprendizado e experiências positivas em um ambiente hostil, desrespeitoso e tensional. Segundo Nogueira (2005), os professores não têm aplicado grande esforço para um estudo minucioso sobre o tema bullying.

Diante deste fato, há necessidade de preparação profissional para que docentes e indivíduos que compõe a instituição escolar capacitem-se para melhor lidar e mediar situações de bullying dentro e fora da ala de aula. O professor deve atentar-se para o comportamento dos educandos individualmente e em grupo, percebendo se o conteúdo das brincadeiras feitas em sala de aula tem o intuito de prejudicar determinado aluno.

A alegação para tal alienação é não saberem identificar o bullying de brincadeiras infantis, por exemplo, o relato de um aluno que está sofrendo algum tipo de constrangimento ou opressão, seria orientado que não se incomodasse com a afronta deixando passar.

Vale ressaltar que, o bullying, dito anteriormente, é uma forma de agressão contínua, visando humilhar, constranger, provocar sofrimento na vítima, deixando um sentimento contrário àquele quando uma criança está feliz por participar de uma brincadeira saudável. Para tanto, Robles (2007) afirma que,

[...] a brincadeira é uma atividade ou ação própria da criança, voluntária, espontânea, delimitada no tempo e no espaço, prazerosa, constituída por reforçadores positivos intrínsecos, com um fim em si mesma e tendo uma relação íntima com a criança (ROBLES, 2007, p. 10).

Nogueira (2005) explica que outro fator a ser relevado por docentes é a urgência em se oportunizarem uma orientação, conscientização e discussão acerca do tema. Para Souza (2007) e Nogueira (2005) ao identificarem o agressor e a vítima do bullying, as duas partes devem ser orientadas, para isso, é preciso que o docente saiba reconhecer as singularidades psicossociais e físicas do indivíduo para que possa fomentar o desenvolvimento saudável de suas aptidões.

Corroborando com os autores acima, Pavan (2007) explica que,

[...] ter consciência de que o papel do professor é de extrema importância para se obter na sala de aula um clima de respeito mútuo, fazendo com que os alunos entendam a importância de se respeitar o colega, de se dialogar ao

invés de ofender e brigar é fundamental ao educador e futuro educador. (PAVAN, 2007 p. 45)

Este processo envolve a família, a escola e os educadores, que desenvolverão atividades fundamentadas “na cooperação, participação, iniciativa e criatividade dos alunos” (SOUZA, 2007, p. 3).

Chalita (2007) explica que, alguns professores preferem trabalhar com o agressor e com a vítima do bullying por meio de terapia individual, sem que haja o envolvimento de toda a escola. Para esses professores não falarem sobre o assunto, evita-se o encorajamento da ação, entretanto, a omissão sobre tal tema acaba por favorecer e motivar o aparecimento de novos atos.

Camacho (2007) explica que os educadores estão com suas preocupações ligadas em cumprir o cronograma didático da escola. Fante e Pedra (2008) alegam que o despreparo profissional por parte dos docentes contribui para que, alguns reproduzam práticas de bullying, como por exemplo: preconceitos, piadas, imitações, brincadeiras com educandos que não estão presentes em sala de aula. Esta prática segundo, os autores supracitados, ocorrem com frequência em sala de aula, como:

Comparam alunos, constroem, chamam a atenção deles publicamente, mostram preferência a determinados alunos em detrimento de outros, humilham. Rebaixam a autoestima e capacidade cognitiva, agridem verbal e oralmente, fazem comentários depreciativos, preconceituosos e indecorosos (FANTE, 2008, p. 45).

Em contrapeso muitos profissionais da educação são agredidos, perseguidos e humilhados por alunos ou colegas de trabalho. Fante e Pedra (2008) afirmam que é grande a quantidade de professores que sofrem este tipo de agressão, e não têm coragem de exporem o fato por receio de procurarem auxílio na direção da escola e serem mal compreendidos e rotulados de incompetentes.

A exposição da prática do bullying tem o objetivo de coibir essas ações, por isso, toda a escola deve trabalhar em conjunto no desenvolvimento de práticas que vão levar os alunos a conversar sobre o tema, expondo suas ideias e opiniões para que juntos possam mediar e resolver situações conflituosas promovendo a paz entre alunos-alunos e professores, contribuindo para que o espaço escolar continue sendo um ambiente promotor de aprendizado, agradável, onde todos possam se expressar suas opiniões de maneira livre sem medo de serem oprimidos.

2 O BULLYING E A SUA INDIVIDUALIDADE.

A hostilidade é uma ocorrência frequente, sendo um fato existente no processo da evolução histórica da humanidade. A violência é caracterizada sobre várias formas na sociedade, como doméstica, urbana, escolar.

De acordo com Fante (2005):

[...] bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do "comportamento bullying" (FANTE, 2005, p. 28 e 29).

Fante (2005, p. 28) explica que o impacto negativo sobre a vida social de quem sofre bullying são intensas, desestruturando o sócio educacional, emocional, contribuindo para o aumento do estresse, incapacidade de auto aceitação, baixa autoestima, resistência a frustrações. Na escola o bullying “abrange o comportamento cruel no qual, os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer, e as ditas brincadeiras disfarçam o propósito de maltratar e intimidar o outro”.

Segundo Fante (2005) e Olweus (1993), o bullying se revela de formas diferentes para determinados grupos de alunos, demonstrando de forma direta, indireta, de caráter físico, sexual, oral ou associativo, abrangendo-se para redes sociais.

O bullying físico é representado por bater, chutar, beliscar, dar tapas na nuca de outro aluno, empurrar, esconder ou afanar pertences, havendo a imposição de humilhação e sofrimento em público. A prática do bullying oral tem como objetivo delegar apelidos que causam constrangimento ao educando que o recebe, proferindo sentenças de cunho racista, homofóbico, de intransigência cultural, física, econômica ou religiosa.

Fante (2005) explicita que,

[...] o bullying é um conceito específico e muito bem definido, uma vez que não se deixa confundir com outras formas de violência. Isso se justifica pelo fato de apresentar características próprias, dentre elas, talvez a mais grave, seja a propriedade de causar traumas ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos (FANTE, 2005, p. 26).

Para Silva (2010, p. 24), contemplando as variações do bullying como atos de violentar, assediar sexualmente o outro, “este tipo de comportamento desprezível costuma ocorrer entre meninos e meninas, e meninos com meninos. Não raro o estudante indefeso é assediado e/ou violentado por vários ‘colegas’ ao mesmo tempo”.

O aluno ou grupos de alunos que praticam bullying, geralmente são indivíduos que tem dificuldade em aceitação de regras e limites, sentem-se bem ao infringir sofrimento à terceiros embasando-se em motivos comuns, como religião, etnia, status sócio-econômico.

Olweus (1993) enfatiza que, o bullying é organizado em 03 (três) etapas, vítima, testemunhas e agressores, cada qual desempenhará um papel a ser vivenciado no âmbito escolar, podendo este variar de acordo com a evolução processual do bullying.

2.1 Vítimas do bullying.

Para Fante (2005), na categoria de vítimas do bullying existem 03 (três) variantes são elas:

a) Vítima típica: Este educando é caracterizado como uma criança que tem dificuldades em se socializar, sua condição sócio econômica é baixa, servindo de alvo de chacotas para um ou mais indivíduos;

b) Vítima provocadora: Este aluno é caracterizado por chamar a atenção dos demais com atos hostis, não conseguindo lidar com as reações negativas, das quais fez os comentários. Este educando pode ser “rotulado” como hiperativo, disperso, agressivo, sendo o causador de atritos no ambiente escolar; e

c) Vítima agressora: Este educando é caracterizado por reproduzir agressões que foi acometido, transferindo seu sentimento de raiva e frustrações para alunos mais fracos.

Na maioria das vezes as vítimas sofrem caladas por vergonha de se exporem ou por medo de represálias dos seus agressores, tornando-se reféns de emoções traumáticas destrutivas, como medo, insegurança, raiva, pensamentos de vingança e de suicídio, além de fobias sociais e outras reações que impedem seu bom desenvolvimento escolar (FANTE, 2005, p. 16).

Estas crianças que sofreram bullying, quando atingem a idade adulta, desenvolvem problemas de relação entre aspectos sociais e psicológicos, transtorno do pânico, fobia escolar e social, transtorno obsessivo compulsivo, anorexia, bulimia nervosa.

2.2 As testemunhas do bullying

Fante (2005) elucida que, a testemunha é o educando que presencia o ato de bullying, no entanto não o pratica e não sofre a ação, mas prefere se manter em silêncio por receio de retaliação por parte dos grupos que o praticam.

Silva (2010) ressalta que no grupo de testemunhas podem ser segregadas em 3 (três) grupos distintos:

a) Testemunhas passivas - Geralmente são espectadoras e não tomam partido da ação, por medo de sofrerem o mesmo abuso;

b) Testemunhas ativas - São caracterizadas por educandos que fomentam ações agressivas, incentivando a continuidade do ato violento. Na maioria das vezes, são estes indivíduos que incutem os ideais nos agressores para que possam continuar se “divertindo” com a humilhação alheia; e

c) Testemunhas neutras - Preferem se manter em silêncio, à distância, não se envolvem como espectadores e são capazes de ajudarem a vítima sofredora de bullying. Estes indivíduos pelo fato de serem omissos, contribuem para a continuidade das agressões.

2.3 Os agressores

Fante (2005) elucida que, o agressor pode ser do sexo masculino ou feminino e é aquele educando que ocasiona sofrimento a alunos mais fracos. São alunos desprovidos de empatia, capazes de realizarem qualquer ação para conseguirem cumprir o objetivo a que se propôs.

Fante (2005) e Olweus (1993) segregam os agressores em 03 (três) classes:

a) Autor agressivo - São indivíduos confiantes que geralmente possuem características físicas evidentes, e sua mentalidade pode ser mais agressiva.

b) O autor passivo - Em sua maior parte, é um indivíduo inseguro que, possui baixa estima, sendo menos populares que os autores agressivos.

c) As vítimas agressoras - Esta parcela de educandos sofreu ou sofrem algum tipo de bullying, por serem mais fracas que, seus agressores e mais fortes que, aqueles alunos que são perseguidos.

Silva (2010) nos relata sobre as características de indivíduos agressores como:

Possuem traços de desrespeito e maldade e, na maioria das vezes, essas características estão associadas a um perigoso poder de liderança que, em geral, é obtido ou legitimado através da força física ou de intenso assédio psicológico. O agressor pode agir sozinho ou em grupo. [...] Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam serem contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em atos de pequenos delitos, como furtos, roubos ou vandalismo, com destruição do patrimônio público ou privado. O desempenho escolar desses jovens costuma ser regular ou deficitário; no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles. (SILVA, 2010, p. 43)

Para que o docente consiga identificar o aluno que está sofrendo bullying, Olweus *apud* Fante (2005) descreve as seguintes orientações: o educando não se socializa no horário do intervalo, procurando sempre estar perto da supervisão de um indivíduo adulto; apresenta dificuldades de oratória perante a sala de aula, quando este é solicitado pelo professor para falar em voz alta; apresenta ansiedade em seu comportamento; nas aulas de educação física é sempre o último a ser selecionado para participar de atividades em grupo; na maioria das vezes possui personalidade deprimida; triste; demonstra aflição; é relapso com as atividades escolares; falta às aulas frequentemente; perde com regularidade seus materiais escolares; apresenta feridas, escoriações, contusões e roupas rasgadas.

Para a identificação do agressor Olweus *apud* Fante (2005) enfatiza que se deve observar: se o educando faz brincadeiras de cunho sarcástico, rindo de maneira presunçosa e agressiva; delega apelidos que causa humilhação e constrangimento de forma a ridicularizar quem sofre a ação perante os demais alunos da sala de aula; profere ameaças; intimidações; empurra; dá socos e pontapés; beliscões e puxões de cabelo; envolve-se frequentemente em atritos; subtrai pertences alheios para se divertir com o sofrimento do outro.

De acordo com Mello (2005) o docente deverá se manter atento para ações e atos hostis no ambiente escolar, pois, tais práticas abusivas inserem lacunas no psicológico do educando dificultando o desenvolvimento e apropriação do conhecimento de forma plena.

Gómez (2009) destaca que:

É necessário que os estudantes aprendam a conviver de forma democrática e a resolver seus conflitos mediante o diálogo e a negociação. É necessário que os que se sintam em desvantagem aprendam a enfrentar os seus agressores com confiança e segurança, valorizando seus próprios recursos pessoais, é necessário educar no respeito e para a convivência pacífica. (GÓMEZ, 2009, p. 55).

Segundo Lídia Aratangy (2011), a escola deve ser um espaço de convivência e formação de cidadãos, ambiente da ética. As pessoas que atuam na instituição têm que estarem a par de como são formados esses grupos praticantes do bullying, quem são os líderes e como se fixam dentro da escola, pois, a escola não deve ser omissa a tais abusos, sendo de total interesse e responsabilidade. Dessa maneira, tudo o que acontece na escola desde a entrada do educando até a sua saída faz parte da construção do processo pedagógico de uma instituição, enfatizando que: “É verdade que uma escola não pode fazer tudo, mas será um crime se a escola não fizer tudo que puder.”

Aratangy (2011, p. 188) ainda explicita que,

[...] falamos contra a mentira, mas somos capazes de pedir pra uma criança que atenda ao telefone pedindo-lhe que minta dizendo que não estamos em casa, somos capazes de parar em cima da faixa de pedestres ou passar pelo acostamento se a estrada estiver congestionada. Cada um desses atos está transmitindo para as nossas crianças no que realmente acreditamos ou o que realmente nós achamos importante.

São nas ações diárias familiares que são inseridos costumes e valores em uma criança, as práticas e as vivências vão lapidando a moral e a ética de cada indivíduo. Se uma família é desestruturada, esta mesma passará para a criança suas frustrações, e ao receber e digerir tais informações a criança fica a mercê de suas convicções, sem limites impostos ou sentimentos oprimidos.

A exteriorização de suas frustrações podem tomar forma e características de indivíduos que, vão praticar e reproduzirem o que presenciam no seio familiar, subjugando e humilhando indivíduos mais fracos, ou, podendo acontecer o contrário, a criança passa a se isolar sendo a vítima do bullying.

Para que a escola consiga controlar as ações derivadas do bullying, Sacchetto (2009, p. 102) enfatiza que,

[...] na escola o papel do professor é essencial na identificação e trabalhar com esses aspectos evitando que sejam recorrentes. A dramatização é uma ferramenta excepcional para fazer com que as crianças vivenciem papéis. Essencial, ainda, é discutir sempre as experiências depois de dramatizadas. Criar regras elaboradas em conjunto também é uma ferramenta eficiente. Quando as próprias crianças criam as regras elas ganham um significado maior têm um grande impacto nas ações. Dever-se também trabalhar valores morais éticos como solidariedade, compartilhamento, cooperação, amizade, de aula, a probabilidade de que comportamentos agressivos surjam é muito menor.

Tendo em foco o bullying escolar, a escola é caracterizada por transmitir e perpetuar o conhecimento social e científico, a metodologia ou didática aplicada em sala de aula por determinado docente pode se caracterizar como uma forma subjetiva de violência, determinando que educandos se utilizem da hostilidade figurativa como forma de violência verbal para subjuguem os mais fracos.

Para tanto, professores, diretores, supervisores devem estar atentos ao comportamento dos educandos, dentro da sala de aula, no intervalo e na Educação Física, para que possam observar se alguma criança está sendo excluída de brincadeiras ou sofrendo maus tratos por parte dos colegas. A escola tem o dever de chamar a atenção desses alunos que, praticam bullying, levando ao conhecimento dos pais. No entanto, é dever da escola desenvolver atividades onde o aluno consiga expor seus anseios, medos, alegrias e dificuldades, fazendo o possível para mediar a situação de forma a resolver o conflito e coibir ações hostis no âmbito escolar e social.

Para Gomes (2007), o indivíduo praticante de bullying é motivado e caracterizado por várias atitudes, partindo desde,

[...] a imitação de um padrão de comportamento conflituoso, explosivo ou hostil, à influência do que é veiculado na mídia; a falta de relacionamentos pessoais positivos, em um clima de amor e solidariedade; a falta de atenção e de estímulos necessários a um desenvolvimento sadio; o excesso de agrados e ausência de regras, passando a ideia de que tudo é permitido, desde que seus desejos sejam satisfeitos; a pobre e ineficiente atenção que recebe, o desenvolvimento da sensação de não ser amado e, portanto, de não ser capaz de construir novos relacionamentos satisfatórios e saudáveis (GOMES, 2007, p. 4).

Segundo Ballone (2005), a vítima de bullying comumente possui dificuldades emocionais e físicas, que se tornam um impedimento para que possam ter alguma reação que vá coibir o ato hostil, deixando-as inseguras. Esse constrangimento impossibilita a solicitação de ajuda pelos familiares e pela escola, ocasionando na maioria das vezes que o indivíduo agredido passe a trocar de escola com mais frequência, ou na pior das hipóteses, a evasão escolar.

3 A MEDIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA PROMOÇÃO ANTI-BULLYING

Segundo Celano (1999), em sua obra “Corpo e Mente na Educação: uma saída de emergência” a humanidade possui dificuldades em se expressar sobre o amor, ensinar e trabalhar com amor. A autora explica que o ser humano desvaloriza a simplicidade da vida, como por exemplo, o falar do amor.

Paulo Freire no ano de 1993 foi indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz por apreciar o amor, a generosidade, o respeito às diferenças, e por reforçar a importância que a educação possui no processo de construção da autonomia de indivíduos, mostrando que, a mesma é uma prática libertadora. Em seu discurso após o recebimento do prêmio Freire (1993, p. 57) disse:

De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi, sobretudo, que a paz é fundamental, indispensável, mas que a paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenta miopisar as suas vítimas.

Freire (1993) mostra que, para que se possa ter paz no ambiente escolar, é preciso que toda a comunidade escolar trabalhe de maneira a mediar situações de conflitos, promovendo compreensão, respeito, tolerância e principalmente o amor, que deve estar presente na instituição para que todos consigam caminhar em paz.

Para Celano (1999) os docentes necessitam modificar sua maneira de falar em sala de aula de forma que não enalteçam rotulações de empobrecimento, doença, miséria, fome, analfabetismo, agressividade, abandono e corrupção, além de explicar que precisa lutar pela esperança e vontade em ter um país melhor.

Quanto egoísmo, quanta ambição, quanta luta para possuir, não importando o quanto deixamos de ser. Toda uma existência de corrida desenfreada para acumular, receber e usufruir de situações e do poder em todos os níveis, tirando proveito de tudo e todos, da miséria, da fome, da ignorância. (CELANO, 1999, p.17)

Uma educação que seja voltada para a paz, inibe e coíbe atos e práticas de bullying, tanto na escola, quanto fora de seus portões, para tanto, Fante (2005) enfatiza que,

[...] as escolas deveriam educar as emoções dos seus alunos, estimulando-os a pensarem antes de agirem; a lidarem com seus medos, angústias, rejeições, fracassos e frustrações; a canalizarem sua agressividade para atividades proativas; enfim, a não ter medo do medo, a serem líderes de si mesmos, autores de suas próprias histórias. (FANTE, 2005, p. 96-97)

Fante (2005) mostra a importância em se trabalhar em sala de aula, as emoções e sentimentos dos alunos, deixando-os se sentirem a vontade sobre expressar seus sentimentos, incentivando-os a buscarem pelo autoconhecimento, mostrando seus valores, potencialidades e limites.

Percebe-se que, ao solidificar uma educação voltada para a paz, pode-se diminuir a incidência da violência escolar, contudo, para isso, se faz necessário que toda a comunidade escolar, familiares, docentes, se conscientizem da negatividade que o bullying pode causar.

Segundo Branco & Mettel (1995) o currículo oculto ganha força, pois, ele representa a valorização subjetiva de práticas sociais, direcionando na maioria das vezes para crenças, atos e valores dos educandos em certas direções. Dessa maneira, o currículo oculto promove a prática de valores sociais durante as atividades escolares diárias, onde os docentes devem estar atentos em observar a relação entre funcionários e alunos, alunos e alunos, em como os educandos lidam com situações conflitantes e o bullying.

De acordo com Silva (1996),

[...] o Currículo Oculto tem como função ideológica, através do critério do “esforço pessoal”, preparar os alunos ou para serem dominados ou para serem dominantes neste tipo de sociedade em que vivemos. Pois numa sociedade competitiva como a nossa, a escola também é competitiva, porque nela só se dão bem os “melhores”, e é neste tipo de escola que os filhos da classe privilegiada descobrem, muito cedo, a sua “superioridade” e os demais, a sua “inferioridade”. Portanto, o critério do “esforço pessoal” tendo como consequência a autodesvalorização e a autovalorização, tem como objetivo perpetuar a origem de classe dos alunos, eliminando, sobretudo, daquele contexto escolar o “mau” aluno. Sim, porque se formos consultar as estatísticas mais recentes, aqueles alunos que reincidem na mesma série, que se evadem da escola, são principalmente, os rotulados de “maus alunos” e “inadaptados” (SILVA, 1996, p. 3).

Desse modo nasce o pensamento de que, não se pode pensar em prevenção e no combate à violência no ambiente escolar sem lidar com as singularidades de cada indivíduo envolvido na prática do bullying, seja ele agressor, vítima ou espectador.

Para lidar com o bullying no ambiente escolar de forma construtiva e positiva faz-se, necessário reconhecer a diversidade, democracia e direitos humanos nas relações entre alunos e educadores, pois, conhecendo os valores e crenças que são vivenciados na instituição escolar e propagados no currículo oculto é que a escola pode transformar os caminhos e recriar estratégias ímpares para administrar a violência e o bullying de maneira positiva e construtiva.

A escola é o início para mediar e coibir atos de bullying. Um docente que promove a paz, traça estratégias didáticas para auxílio e mediação do bullying, mas ri de apelidos de alunos que lhes causam constrangimento, segrega a sala deixando os mais adiantados na frente. Essas atitudes podem apontar, portanto, as verdadeiras crenças e valores não somente na prática do bullying, mas também para com o desenvolvimento do educando e as práticas educacionais de modo geral.

O modo como os docentes e os funcionários da instituição escolar trabalham e lidam com o tema bullying, buscando a conscientização, observa-se esta prática para mediar prevenir e resolver situações de bullying no ambiente escolar. Expor o tema de maneira evidente e branda é o início do processo para reverter à prática do bullying, e construir um caminho com base em valores sociais positivos.

Pelo currículo oculto, os docentes terão a possibilidade de promover situações de aprendizagem, motivando os educandos a desenvolverem interações sociais de amizade e cooperação, possibilitando que trabalhem e cooperem uns com os outros, desenvolvendo o sentimento de amor ao próximo e o querer ajudar aquele que precisa.

Conversar sobre situações problemas e bullying com os educandos é um caminho para a construção de relações sociais positivas no ambiente escolar, pois, para Valsiner e Cairns (1992), o conflito trás maneiras de transformar o todo em outra condição, ou seja, se o conflito for mediado de forma positiva, ele trará uma resposta otimista, ao passo que se for negligenciado, trará uma desconstrução de caráter no indivíduo, para tanto, a mediação é definida em:

Uma negociação com a intervenção de um terceiro neutral, baseada nos princípios da voluntariedade das partes, da neutralidade e imparcialidade do terceiro (mediador) e na confidencialidade do processo, a fim de que as

partes em litígio encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias (MORGADO e OLIVEIRA, 2009, p. 48).

Mediando os conflitos de maneira positiva no ambiente escolar, passa-se a admitir o bullying em sua totalidade, procurar não doutrinar os alunos através de palestras enfatizando regras, mas, desenvolver práticas que serão positivas em atingir suas crenças e valores para assim auxiliar na construção de novas interações de relacionamento, levando em consideração a maneira como cada aluno interage com outros.

Para Opezzo (2011) a comunicação é uma ação positiva no desenvolvimento de estratégias para coibir e resolver atos de bullying, propiciando novas mudanças nas crenças e valores comportamentais, possibilitando uma convivência mais construtiva entre alunos-alunos, alunos-professores e professores-professores, proporcionando um ambiente positivo para práticas educacionais e exteriorização de criatividade.

Lapponi e Opezzo (2011) explicam que, uma técnica positiva para o combate à prática do bullying é o “método de Pikas” e o método “círculo de amigos”. No método de Pikas, o indivíduo ou grupo praticante de bullying são solicitados para dialogarem com um educador, ou profissional responsável na escola, com o intuito de chegarem a um consenso para deixar a vítima em paz. Uma vez que o educador perceber que, a conversa está sendo positiva, pode determinar a inclusão das vítimas no diálogo.

De acordo com Luciane Tognetta (2013), doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, o método Pikas é pouco utilizado em escolas brasileiras, não havendo registros oficiais da aplicação da técnica. Tognetta (2013, p. 34) acredita que, para que a técnica funcione em escolas brasileiras é preciso que, os “professores além de serem bem formados na técnica, entendam e aceitam as formas de intervenção que não emitem julgamento ou se baseiam em autoajuda”. O método Pikas apresenta,

[...] foco na busca de soluções que atendam aos interesses dos dois lados e que partam dos próprios envolvidos. O programa, realizado com o auxílio de um “mediador terapeuta” – responsável por conduzir os encontros com os suspeitos e vítimas – é considerado de educação para a paz, visto que é possível observar os jovens passarem a reproduzir a técnica para solucionar outros conflitos. O método possibilita conscientizar os jovens pelo levantamento de questões, fazendo-os pensar nas consequências. Consiste em um jogo de perguntas em que os suspeitos tomam consciência da dor do outro e no qual a vítima se reconhece com valor a ponto de impedir que os outros lhe vitimizem.

No círculo de amigos, é feito um combinado no qual um grupo pequeno de alunos se disponibiliza a ajudar as vítimas que sofrem bullying, auxiliando-as a se reintegrarem socialmente na escola. Este grupo será observado pelos professores que os nortearão para que, possam desenvolver novas estratégias, para a conscientização sobre o bullying.

Segundo Laponi e Opezzo (2011) essas estratégias são eficazes pelo fato de se ter um mediador entre ambas as partes, permitindo que os educandos exponham seus problemas, conversem entre si para que, juntos possam encontrar uma solução positiva.

Dentre as estratégias supracitadas, Laponi e Opezzo (2011) fala sobre outros dois métodos, a “assembleia” e o “consenso”:

Na “assembleia”, os alunos de uma classe são convidados a discutir as causas e as consequências do problema (bullying) e a elaborar maneiras de os agressores serem punidos, tudo com a mediação de um professor disposto a ouvir das crianças sugestões e ideias sobre como resolver o problema existente e evitar outros semelhantes. No “consenso”, ocorre o mesmo processo da “assembleia”, com o diferencial de o debate começar em pequenos grupos e depois se expandir para o grupo maior, sendo eleitas, para toda a turma, decisões e metas unânimes relacionadas ao problema. (LAPPONI e OPEZZO, 2011, *apud* MANZINI, 2013, p.31)

Vírseda (2011) salienta para que, estratégias de intervenção na instituição escolar funcionem de forma positiva, é preciso o comprometimento de toda a escola, pois, segundo a autora, raramente estratégias de combate ao bullying surtirão efeito se forem organizadas sem o apoio de toda a comunidade escolar.

Programas de “ajuda entre iguais” instigam os educandos a participarem ativamente de programas que vão auxiliar no desenvolvimento de relações sociais positivas na instituição escolar, pois, os educandos serão a principal parcela para coibirem a prática do bullying, despertando o senso de responsabilidade social, contribuindo para a construção de um ambiente agradável e pacificador na escola.

os iguais são capazes de detectar a violência em etapas mais iniciais que os professores e outros adultos; é mais provável que as crianças confiem mais em algum companheiro que em um adulto; as vítimas de violência tem a quem pedir ajuda e percebem a escola atuando no problema; recursos são postos em ação em lugares e tempos aos quais os professores não têm acesso ou recursos muito mais custosos aos professores que aos próprios alunos. (VÍRSEDA, 2011, p. 147)

As práticas desenvolvidas no ambiente escolar que, beneficiam a paz, as interações sociais positivas; requerem tempo para serem difundidas entre todos os participantes da

instituição escolar. Saber ouvir os anseios, desejos, angústias dos educandos é primordial para que saiba o momento de se iniciar uma intervenção, promover a paz e ser referência positiva no cotidiano dos educandos requer uma reforma de pensamento e profissionalismo, pois, para que ações como as citadas acima transformem a vida dos educandos, é preciso que os profissionais da educação tenham consciência dos malefícios que o bullying pode causar para a vida toda de um indivíduo.

4 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR, A LEGISLAÇÃO E O BULLYING.

Atualmente as crianças vêm sendo introduzidas no ambiente escolar, cada vez mais cedo. Os fatores contribuintes para que isso ocorra de maneira prematura é a necessidade dos pais, em ter que trabalhar, impedindo que tenham um maior convívio com seus filhos, motivando-os a passarem maior parte do tempo na instituição escolar. E assim, aumentando de maneira considerável a responsabilidade que, estas escolas devem ter com seus educandos.

Para tanto, o ambiente escolar depois da família é considerado o local onde as crianças irão desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais, lapidando assim um indivíduo capaz de contribuir de maneira positiva para a sociedade que estará sendo inserido.

De acordo com Lopes Neto (2005) existem,

[...] três documentos legais que formam a base de entendimento com relação ao desenvolvimento e educação de crianças e adolescentes: A Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do adolescente e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas. Em todos esses documentos, estão previstos os direitos ao respeito e à dignidade, sendo a educação entendida como um meio de prover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania (LOPES NETO, 2005, p. 165).

Estes documentos supracitados garantem de forma objetiva o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes na instituição escolar, para tanto, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) artigo 18, explica que: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, p. 5).

No artigo 227 da Constituição Federal

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 43).

Segundo a Constituição Federal é dever da escola, do Estado e da família zelar e garantir condições necessárias para o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, no ambiente escolar e na sociedade.

De acordo com Silva (2010) a prática de bullying acontece em todas as escolas, podendo afirmar que está presente em 100% das instituições de ensino do mundo todo, públicas ou particulares.

Assim sendo, a prática do bullying oprime o respeito à dignidade do ser humano, princípio constitucional do Código Civil (CC), onde enfatiza que, todo ato ilícito que cause dano alheio, deve ser indenizado. Bernardo (2012, p. 48) explica que, “ademais, dignidade da pessoa humana é uma das bases onde se assenta o Estado Democrático de Direito, isto é, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, de tal modo, inviolável”.

Para Nascimento, Alkimin (2010, p. 2815) *apud* Bernardo (2012, p. 50) dignidade é,

[...] é um atributo de ordem natural inerente a todo ser humano, portanto: Somente a pessoa, enquanto ser dotado de razão e liberdade, além de representar uma unidade espiritual e corporal, possui inerente à sua essência a dignidade, sendo esta, portanto, qualidade peculiar a toda pessoa humana. Portanto, a dignidade humana como atributo natural e individual não é valorável ou substituível, pois a dignidade não tem preço; seu valor é intrínseco e absoluto sendo que ela abrange direitos inerentes à condição humana como a vida, a liberdade, a igualdade, o respeito e consideração, o trabalho, assistência social, ou seja, tudo aquilo que de forma elementar constitui o mínimo de vida digna para o desenvolvimento e convivência na sociedade.

A prática do bullying é um desrespeito a dignidade humana, configurando-se na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso X:

Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X -São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988, p. 1).

Instituições escolares públicas ou particulares que, prestam serviços para as comunidades são responsáveis por quaisquer atos que, aconteçam dentro dos portões da mesma, podendo o praticante de bullying ser detido ou penalizado também no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Bernardo (2012, p. 48) explica que, “vale ressaltar que no

Código Civil vigora a responsabilidade subjetiva, aquela baseada na culpa, já no Código de Defesa do Consumidor o dano é presumido, ou seja, a caracterização da responsabilidade independe da existência de culpa.”

Nas palavras de Cavalieri Filho (2008, p. 29) *apud* Bernardo (2012, p. 27) entende-se por responsabilidade subjetiva,

[...] a responsabilidade chamada porque exige, ainda, o elemento culpa. A conduta culposa do agente erige-se, como assinalado, em pressuposto principal da obrigação de indenizar. Importa dizer que nem todo comportamento do agente será apto a gerar o dever de indenizar, mas somente aquele que estiver revestido de certas características previstas na ordem jurídica. A vítima de um dano só poderá pleitear ressarcimento de alguém se conseguir provar que esse alguém agiu com culpa; caso contrário, terá que conformar-se com a sua má sorte e sozinha suportar o prejuízo. Vem daí a observação: a irresponsabilidade é a regra, a responsabilidade a exceção.

Segundo Gonçalves (2011) a responsabilidade objetiva é definida como,

[...] uma das teorias que procuram justificar a responsabilidade objetiva é a teoria do risco. Para esta teoria, toda pessoa que exerce alguma atividade cria um risco de dano para terceiros. E deve ser obrigada a repará-lo, ainda que sua conduta seja isenta de culpa. A responsabilidade civil desloca-se da noção de culpa para a idéia de risco, ora encarada como “risco-proveito”, que se funda no princípio segundo o qual é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável; ora mais genericamente como “risco criado”, a que se subordina todo aquele que, sem indagação de culpa, expuser alguém a suportá-lo (GONÇALVES, 2011, p. 49).

O artigo 186 do Código Civil Brasileiro configura que, “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Para tanto, no artigo 927 do Código Civil Brasileiro destaca que “aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

O bullying pode receber ação penal no caso de injúria, lesão corporal, e está configurado no Código Penal (CP) Brasileiro no artigo 129, no artigo 136 por maus tratos, no artigo 138 por calúnia, artigo 139 por difamação, artigo 140 por injúria, artigo 146 por constrangimento ilegal, artigo 147 por ameaça e artigo 163 por dano. Ao negligenciar ações de bullying recorrentes no ambiente escolar, está ferindo um direito primordial previsto na Constituição da República exposto no artigo 205:

Artigo 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada como colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei n. 267/11 proposta pela deputada Cida Borghetti, analisada pela Câmara dos Deputados, propõe punições para estudantes que, desrespeitem ou violem regras éticas e de comportamento em instituições escolares. Esta proposta altera o ECA, para “incluir o respeito aos códigos de ética e de conduta e dever da criança e do adolescente na condição de estudante” (SCHUCHARDT, 2012, p. 65).

Em seu artigo 2º, o ECA entra em vigor com o acréscimo do artigo 53-A disposto que:

Artigo 53-A. Na condição de estudante, é dever da criança e do adolescente observar os códigos de ética e de conduta da instituição de ensino a que estiver vinculado, assim como respeitar a autoridade intelectual e moral de seus docentes.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput sujeitará a criança ou adolescente à suspensão por prazo determinado pela instituição de ensino e, na hipótese de reincidência grave, ao seu encaminhamento, a autoridade judiciária competente.

A partir do momento em que, o ato de bullying se torna evidente na instituição escolar é necessário que, se faça uma intervenção para coibir tais ações, fomentando a conscientização e o desenvolvimento de projetos.

O bullying é uma prática presente no dia a dia escolar, cabe ao estabelecimento desenvolver práticas e estratégias que, vão erradicar ou coibir a hostilidade entre alunos e alunos, alunos e professores, professores e professores, pois, quanto mais se omite tais atos, mais se encoraja que a vítima de hoje, possa ser o agressor de amanhã. (SILVA, 2010)

Costa (2011, p. 372) explicita em como precaver o ato de bullying:

As práticas de *bullying* devem ser combatidas com medidas sócio-educativas, com o intuito de prevenir as práticas de *bullying*, como por exemplo, programas educacionais, como palestras, debates, nas escolas, distribuição de cartilhas de orientação aos pais, alunos e professores, entre outras iniciativas. Nesse sentido, podemos citar o Programa Educar a Paz, que vem sendo implantado em inúmeras escolas de todo o país. E, porque não ressalvamos, a iniciativa do Poder Público, na tentativa de solucionar o *bullying* através de projetos de Lei, como o exemplo do Município de Ribeirão Preto, que através de um dos seus vereadores, André Luiz da Silva, que propôs projeto de Lei, baseado no Projeto de Lei 01- 0069/2009 do vereador Gabriel Chalita do Município de São Paulo que dispõe: “sobre a

inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* escolar no Projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas de educação básica do Município de São Paulo. Portanto há que buscarmos instrumentos de prevenção para solucionar, ou tentar solucionar a prática do *bullying* na sociedade mundial. [...] a lei continua sendo um anteparo, ao esclarecer as pessoas. [...] Punir o autor da agressão é uma forma de afirmar que o que as pessoas vivenciaram é profundamente inaceitável, mesmo que nunca seja possível reparar completamente nem compensar totalmente uma injustiça. Não se trata de maneira alguma de um perdão barato. Salienta que apesar de tudo, a justiça, jamais poderá reparar o sofrimento das vítimas. É pois, importante não nos limitarmos aos regulamentos e às leis, sob o risco de cairmos na judiciedade excessiva; é preciso insistir na prevenção.

Para alunos que estudam em escola públicas e são vítimas do bullying, quando identificados e comprovados por meios legais, o ato de bullying, segundo Gonçalves (2011, p. 133) “o dever de indenizar é do Estado que responde pelos danos sofridos pelo aluno em consequência de ato ilícito de outro.”

Corroborando com Gonçalves (2011), Venosa (2011) enfatiza que,

[...] enquanto o aluno se encontra no estabelecimento de ensino e sob sua responsabilidade, este é responsável não somente pela incolumidade física do educando, como também pelos atos ilícitos praticados por este a terceiros ou a outro educando. Há um dever basilar de vigilância e incolumidade inerente ao estabelecimento de educação que, modernamente, decorre da responsabilidade objetiva do Código de Defesa do Consumidor. O aluno é consumidor do fornecedor de serviços, que é a instituição educacional. Se o agente sofre prejuízo físico ou moral decorrente da atividade no interior do estabelecimento ou em razão dele, este é responsável. Responde, portanto, a escola, se o aluno vem a ser agredido por colega em seu interior ou vem a acidentar-se em seu interior. Pode até mesmo ser firmada a responsabilidade civil, ainda que o educando se encontre fora das dependências do estabelecimento: imaginemos a hipótese de danos praticados por aluno em excursão ou visitas organizadas, orientada ou patrocinada pela escola. Nesse caso, o dever de vigilância dos professores e educadores é ambulatorio, isto é, acompanha os alunos (VENOSA, 2011, p. 105).

O educando que sofre bullying dentro da instituição ou em excursões programadas pela mesma tem o direito a indenização perante o Código de Defesa do Consumidor. Para que tais medidas judiciais sejam evitadas dentro do ambiente escolar, se faz necessário o desenvolvimento de projetos anti bullying. Assim, professores e todos os participantes que atuam para o bom funcionamento da escola precisam se preparar profissionalmente para que, possam mediar situações de conflito de maneira positiva, auxiliando no desenvolvimento moral, ético dos educandos de maneira cooperativa, fomentando nos alunos ações de paz e companheirismo.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho apresenta como objetivo mostrar e informar os danos que educandos adquirem ao sofrer atos de bullying, falou-se sobre as características do bullying, elucidaram-se sobre seus agressores, vítimas e espectadores.

Enfatizou-se sobre as dúvidas em segregar bullying de brincadeiras. Profissionais da área da educação entendem que, algumas práticas de bullying sofridas pelo aluno dentro e fora da sala de aula, são encaradas como brincadeiras, pois, alguns profissionais devido à falta de preparo não conseguem enxergar, que bullying é diferente de brincadeiras saudáveis. E que, a partir do momento em que o educando, sente-se constrangido, humilhado ou oprimido; por meio de uma brincadeira, esta passa a ser caracterizada como bullying.

O bullying não atinge alunos somente de escolas de bairros e periferias, mas é constante em toda rede escolar, seja ela privada ou pública estando presente no mundo todo.

Indivíduos que praticam atos de bullying, como foram expostos no trabalho, caracterizam-se por educandos que possuem dificuldades comportamentais e sentem prazer em demonstrarem sua força em público subjugando os mais fracos; no caso dos meninos. Para meninas, a prática do bullying geralmente vem com a exposição negativa de outra menina, que na maioria das vezes é tímida e tem dificuldade em relacionar-se com grupos de alunos.

Explanou-se sobre o cyber bullying, uma nova temática onde se utilizam de meios virtuais para difamar um indivíduo, gerando assim um maior número de visualizações e transpassando os portões da instituição escolar.

As consequências para quem sofre o bullying vão desde problemas em relacionar-se socialmente, quanto a problemas de natureza psicológica. Este indivíduo também adquire dificuldade em falar em público, expor seus sentimentos, apresenta tendências suicidas e possivelmente irá reproduzir na sociedade as agressões que sofreu dentro da escola.

Para que essas ações voltadas ao bullying sejam inibidas, a instituição escolar deve capacitar seus funcionários para que possam lidar e identificarem situações de bullying e intermediarem de maneira positiva.

A realização, promoção de projetos e campanhas anti bullying nas instituições escolares são maneiras de fazer com que os educandos exponham seus pensamentos, angústias, alegrias e tristezas, e conseqüentemente, trabalhando na promoção da paz, do companheirismo e cooperação.

Além de projetos desenvolvidos nas instituições escolares, a Constituição Brasileira, Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente possuem dispositivos legais para que, se apliquem penalidades aos praticantes de bullying, comprovada a ação.

Para que, atos de bullying sejam coibidos dentro do ambiente escolar, faz-se necessário que, os educadores tenham um olhar mais humano com seus alunos, pois, a escola deve ser um ambiente de aprendizado e socialização, auxiliando na construção e na promoção de conhecimento. O aluno deve se sentir seguro no ambiente e querer estar e fazer parte dele, querer ter amigos e desenvolver atividades saudáveis. E a escola deve ser um ambiente de paz e oportunidades para todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Léo César Parente de e SOUZA, Christiane Pantoja de. **Bullying em ambiente escolar**. 2011. Disponível em: < <http://www.conhecer.org.br/enciclop/conbras1/bullying.pdf>> . Acesso em: 29 abr. 2019.
- AMOROSO, Sônia Regina Brasili e SOUZA, Elizene Maria Caliman de. **O bullying nas séries iniciais do ensino fundamental e suas consequências**. 2013. Disponível em: < http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/663bab278b47d424f98e1ece6b79a04d.pdf> . Acesso em: 17 abr. 2019.
- ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. **O conceito de currículo oculto e a formação docente**. Revista de Estudos Aplicados em Educação. 2018. Disponível em: < http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/download/5341/2589> . Acesso em 06 mai. 2019.
- BARROS, Paulo Cesar; CARVALHO, João Eloir e PEREIRA, Maria Beatriz Ferreira Leite de Oliveira. **Um Estudo Sobre o Bullying no Contexto Escolar**. 2009. Disponível em: <<s://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10169/1/Um%20estudo%20sobre%20o%20bullyingEDUCERE2009.pdf>> . Acesso em: 17 abr. 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp> . Acesso em: 17 abr. 2019.
- CAMPOS, Herculano Recardo e JORGE, Samia Dayana. **Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa**. 2010. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2254/2221>> . Acesso em: 21 mar. 2019.
- CANTINI, Nilza. **Problematizando o “bullying” para a realidade brasileira**. 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2012-03-15T050938Z-1719/Publico/Nilza%20Catini.pdf> . Acesso em: 21 mar. 2019.
- CHIORIN, Marina de Oliveira. **A influência do bullying no processo ensino-aprendizagem**. Disponível em: < <http://www.pedagogia.ufscar.br/documentos/arquivos/trabalhos-de-conclusao-de-curso/tcc-2003/a-influencia-bullying-no-processo-de-ensino-aprendizagem>> . Acesso em: 07 fev. 2019.
- FILARDI, Nathália Cristina Bernardo. **Bullying e a responsabilidade civil dos estabelecimentos de ensino**. 2012. Disponível em: < <http://estadodedireito.com.br/o-bullying-e-a-responsabilidade-civil-dos-estabelecimentos-educacionais/>> . Acesso em: 21 mar. 2019.
- HIDLAGO, Antonio J. Rodríguez; POSSATO, Beatris Cristina; RUIZ, Rosario Ortega e ZAN, Dirce Djanira Pacheco. **O mediador de conflitos escolares: experiências na América do Sul, Psicologia Escolar e Educacional**. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n2/2175-3539-pee-20-02-00357.pdf>> . Acesso em: 02 abr. 2019.

MANZINI, Raquel Gomes Pinto. **Bullying no contexto escolar: Prevenção da violência e promoção da cultura da paz na perspectiva de adultos e crianças.** 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13897/1/2013_RaquelGomesPintoManzini.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MEOTTI, Juliane Prestes e PERÍCOLI, Marcelo. **A postura do professor diante do bullying em sala de aula.** 2013. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/518>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, Alexandre Vinícius Malmann. **O fenômeno Bullying: (in)definições do termo e suas possibilidades.** 2012. Disponível em: <https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/2012_-_Alexandre_MALMANN_-_Disserta%C3%A7%C3%A3o_-FINALIZADA.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MICHEL, Helena Maria. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2015.

QUINTANILHA, Clarissa Moura. **Um olhar exploratório sobre a percepção do professor em relação ao fenômeno bullying.** 2011. Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/cmq.2.2011.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SCHUCHARDT, Eleonor. **Bullying e algumas propostas de ações de enfrentamento dessa problemática.** 2012. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Eleonor-Shuchardt.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.